



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h.**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**



Escala de 0 a 5

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 15/04/2024

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D



Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V
Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 01

Marcelo foi condenado pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Durante o cumprimento da pena em regime fechado, ele solicitou ao juiz a progressão para o regime semiaberto, alegando bom comportamento carcerário e a conclusão de cursos de capacitação profissional oferecidos na prisão. O juiz indeferiu o pedido de progressão de regime.

Considerando o caso de Marcelo, qual é a alternativa correta?

- a) O juiz agiu corretamente ao indeferir o pedido de progressão de regime, pois a lei determina que a pena por tráfico de drogas seja cumprida integralmente em regime fechado.
- b) O juiz errou ao indeferir o pedido de progressão de regime, pois a lei permite a progressão para o regime semiaberto após o cumprimento de parte da pena em regime fechado, desde que o apenado preencha determinados requisitos.
- c) O juiz agiu corretamente ao indeferir o pedido de progressão de regime, pois a lei não prevê a progressão para o regime semiaberto nos casos de tráfico de drogas.
- d) O juiz errou ao indeferir o pedido de progressão de regime, pois a lei permite a progressão para o regime semiaberto nos casos de tráfico de drogas, independentemente do cumprimento da pena em regime fechado.

Questão 02

Mariana foi condenada por crime hediondo e teve sua prisão temporária decretada. Durante o período da prisão temporária, seus advogados impetraram um habeas corpus, alegando que a prisão temporária não poderia ser aplicada nos casos de crimes hediondos.

Considerando o caso de Mariana, qual é a alternativa correta?

- a) A prisão temporária não poderia ter sido decretada, pois a lei não permite a aplicação desse tipo de prisão nos casos de crimes hediondos.
- b) A prisão temporária poderia ter sido decretada, mas o prazo máximo seria de 15 dias, não podendo ser prorrogado.
- c) A prisão temporária poderia ter sido decretada nos casos de crimes hediondos, e o prazo máximo é de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- d) A prisão temporária não poderia ter sido decretada, pois a lei determina que a prisão preventiva seja aplicada nos casos de crimes hediondos.

Questão 03

É dever da pessoa condenada:

- a) asseio da cela.
- b) constituição de pecúlio.
- c) chamamento nominal.
- d) Previdência Social.

Questão 04

São garantidos aos condenados e internados uma série de assistências previstas na Lei de Execução Penal. Acerca dessas assistências, assinale a alternativa correta.

- a) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

- b) A assistência à saúde do preso e do internado ocorre em caráter apenas curativo e compreende o atendimento médico, farmacêutico e odontológico.
- c) As Unidades da Federação não deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais, sendo obrigação do condenado providenciar defensor particular.
- d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Dessa forma, o ensino de 1º grau será facultativo, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I

Professora: Esp. Ronaldo Carvalho

Questão 05

J. encontrou um lote vago e, embora soubesse que o bem era de propriedade de L., tomou posse e construiu um barracão para moradia dele e de sua família. Proposta a ação de reintegração de posse três anos após a invasão, J. apresentou defesa e alegou que sua posse é justa com base no princípio constitucional da função social da propriedade, porque o proprietário havia adquirido o mesmo há trinta anos e não o utilizava.

A tese de J.

- a) não pode ser acolhida, porque ainda não há prazo para usucapião.
- b) não pode ser acolhida, porque faltou prova de lesão ao princípio constitucional invocado.
- c) não pode ser acolhida, porque, no Brasil, a propriedade é absoluta.
- d) pode ser acolhida, porque, no Brasil, a propriedade não é absoluta.

Questão 06

Eduarda comprou um terreno não edificado, em um loteamento distante do centro, por R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Como não tinha a intenção de construir de imediato, ela visitava o local esporadicamente. Em uma dessas ocasiões, Eduarda verificou que Laura, sem qualquer autorização, havia construído uma mansão com 10 quartos, sauna, piscina, cozinha *gourmet* etc., no seu terreno, em valor estimado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Laura, ao ser notificada por Eduarda, antes de qualquer prazo de usucapião, verificou a documentação e percebeu que cometera um erro: construía sua mansão no lote “A” da quadra “B”, quando seu terreno, na verdade, é o lote “B” da quadra “A”.

Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Eduarda tem o direito de exigir judicialmente a demolição da mansão construída por Laura, independentemente de qualquer indenização.
- b) Laura, apesar de ser possuidora de má-fé, tem direito de ser indenizada pelas benfeitorias necessárias realizadas no imóvel de Eduarda.
- c) Laura, como é possuidora de boa-fé, adquire o terreno de Eduarda e a indeniza, uma vez que construiu uma mansão em imóvel inicialmente não edificado.
- d) Eduarda, apesar de ser possuidora de boa-fé, adquire o imóvel construído por Laura, tendo em vista a incidência do princípio pelo qual a superfície adere ao solo.

Questão 07

Considere as situações a seguir.

I. Joana Dantas é possuidora de um terreno na cidade de Nova Horizontina por quinze anos, sem interrupção nem oposição, não possuindo título nem boa-fé.

II. Jaciara Ferreira exerce, por três anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre um apartamento de cento e cinquenta metros quadrados na cidade de Porto Feliz,

o qual utiliza como sua moradia e cuja propriedade dividia com seu ex-cônjuge, Lindomar Silva, que abandonou o lar, não sendo ela proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

III. Jandira é possuidora de área de terra em zona rural com cem hectares, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva pelo seu trabalho e tendo nela sua moradia, não sendo proprietária de imóvel rural ou urbano.

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, o domínio integral do respectivo imóvel será adquirido apenas

- a) nas situações II e III.
- b) nas situações I e II.
- c) nas situações I e III.
- d) na situação I.

Questão 08

João, proprietário de uma fazenda situada na zona rural do município de Patos – PB, abandonou-a em março de 2008. Em julho de 2008, imbuídos de má-fé, José e Maria passaram a exercer a posse do referido imóvel. Em 2010, o imóvel foi inundado em decorrência do rompimento de uma barragem existente na fazenda vizinha. No ano seguinte, José e Maria deixaram o local, que permanece desocupado e abandonado.

Considerando a situação hipotética acima e as disposições legais acerca da posse e dos direitos reais, assinale a opção correta.

- a) Caso José e Maria ostentassem a qualidade de usufrutuários do imóvel, deveriam eles arcar com o pagamento das deteriorações resultantes do exercício regular do usufruto.
- b) João poderá exigir de José e de Maria a reparação dos danos ocorridos no imóvel em decorrência da inundação ali havida em 2010, sendo irrelevante, para tal fim, o fato de ambos estarem imbuídos de boa ou má-fé.
- c) No período em que passaram a exercer a posse do imóvel, José e Maria poderiam individualmente exercer sobre ele atos possessórios, contanto que o referido exercício por qualquer um deles não excluísse o do outro.
- d) José e Maria têm direito à indenização das benfeitorias necessárias por eles realizadas no imóvel, bem como poderão exercer o direito de retenção pelo seu valor.

Questão 09

José era proprietário de uma extensa área urbana não edificada, com mais de 50.000 m². Essa área não era vigiada e nem utilizada para qualquer finalidade. O imóvel foi ocupado, no mês de janeiro de 2010, por um considerável número de pessoas, que construíram suas moradias. Os ocupantes, por sua própria conta, em mutirão, além de construírem suas casas, realizaram a abertura de viários posteriormente reconhecidos pelo poder público municipal, bem como construíram espaços destinados a escolas e creches que estão em pleno funcionamento. Cada moradia tem área superior a 350 m². Em março de 2016, José ajuizou uma ação reivindicatória que deverá ser julgada:

- a) improcedente, tendo em vista que o juiz deverá declarar que o proprietário perdeu o imóvel reivindicado, em razão das obras de interesse social realizadas pelos moradores, fixando a justa indenização devida ao proprietário; pago o preço, valerá a sentença como título para o registro do imóvel em nome dos possuidores.
- b) procedente, tendo em vista que ainda não houve o prazo para a aquisição mediante usucapião. Dessa forma, os moradores deverão ser retirados, sem qualquer direito a indenizações por benfeitorias e acessões, tendo em vista a posse de má-fé.
- c) procedente, tendo em vista que ainda não houve o prazo para a aquisição mediante usucapião constitucional. Dessa forma, os moradores deverão ser retirados, mas terão direito à retenção do imóvel até serem indenizados pelas benfeitorias e acessões, tendo em vista a posse de boa-fé.

d) improcedente, tendo em vista que o imóvel foi adquirido por usucapião especial coletivo; José, assim, foi penalizado pelo não cumprimento da função social da propriedade, bem como em razão da preponderância do direito social à moradia sobre o direito de propriedade.

Disciplina: Direito Processual Civil IV Professor: Ma. Roberta Favalessa Donini
--

Questão 10

Com relação as exceções no Código de Processo Civil:

- I – Impedimento e suspeição são incidentes processuais (exceções) que podem ser opostas no processo.
- II – Pedido de revogação da gratuidade da justiça, no curso do processo, por ter o beneficiário melhorado suas condições financeiras e de vida, não constitui um incidente processual (exceções).
- III – A impugnação ao valor da causa deve ser feito em preliminar de contestação.

Está correto:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) todos estão corretos.

Questão 11

Os recursos devem ser interpostos na mesma relação processual, EXCETO:

- a) embargos de declaração.
- b) Apelação.
- c) Contestação.
- d) Agravo de instrumento.

Questão 12

Analise as assertivas:

- I – o Juiz que proferiu decisão está apto a analisar o recurso interposto contra a sua decisão.
- II – a interposição de qualquer recurso impede que ocorra a preclusão ou a coisa julgada.
- III – em regra a decisão do juízo “ad quem” não substitui a do juízo “a quo”.

Está correto:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) nenhuma das alternativas

Questão 13

Os recursos são cabíveis contra:

- I – sentença.
- II – decisão interlocutória.
- III – despachos.
- IV – acordão.
- V – decisão monocrática proferida por relator.

Está correto o contido em:

- a) I, II e III somente.
- b) I, II, IV e V.
- c) III, IV e V somente.
- d) II, III, IV e V

Questão 14

“... É a aptidão de que alguns recursos são dotados de permitir ao órgão a quo reconsiderar a decisão proferida, exercendo o juízo de retratação.”

O conceito acima refere-se ao efeito:

- a) regressivo.
- b) translativo
- c) devolutivo.
- d) suspensivo.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Professor: Me. André de Paula Viana

Questão 15

Sobre a possibilidade jurídica do pedido no processo penal, é correto afirmar que:

- a) Refere-se à capacidade das partes de estar em juízo.
- b) Diz respeito à viabilidade do pedido diante do ordenamento jurídico.
- c) Não possui relevância no processo penal.
- d) Pode ser analisada somente no momento da sentença.

Questão 16

Qual das alternativas a seguir melhor descreve o princípio da indisponibilidade da ação penal?

- a) Permite que o Ministério Público disponha livremente da ação penal, independentemente da vontade da vítima.
- b) Significa que a vítima pode dispor da ação penal, mesmo contra a vontade do Ministério Público.
- c) Determina que a ação penal pública é de iniciativa privativa do Ministério Público, sendo indisponível.
- d) Permite que a vítima desista da ação penal a qualquer momento, sem necessidade de autorização judicial.

Questão 17

Qual é a natureza jurídica da representação na ação penal pública condicionada à representação?

- a) A representação é um requisito de admissibilidade da ação penal, sem o qual o Ministério Público não pode oferecer a denúncia, na ação penal pública incondicional.
- b) A representação confere à vítima o direito subjetivo de exigir que o Estado promova a ação penal.
- c) A representação é um ato unilateral da vítima que autoriza o início da ação penal, mas o Ministério Público pode decidir não oferecer a denúncia.
- d) A representação é um mero procedimento administrativo, com efeito vinculante para o Ministério Público.

Questão 18

Qual é a possibilidade de retratação da representação na ação penal pública condicionada à representação?

- a) A retratação é sempre possível, desde que ocorra antes do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público.
- b) A retratação é possível apenas se houver consentimento do Ministério Público.
- c) A retratação é irretratável, ou seja, uma vez realizada, não pode mais ser revogada.
- d) A retratação é possível a qualquer momento, mesmo após o oferecimento da denúncia, desde que seja feita de forma expressa.

Questão 19

Qual é a principal diferença entre denúncia e queixa-crime?

- a) A denúncia é oferecida pelo Ministério Público, enquanto a queixa-crime é oferecida pela vítima.
- b) A denúncia é obrigatória nos crimes de ação penal pública, enquanto a queixa-crime é obrigatória nos crimes de ação penal privada.
- c) A denúncia pode ser oferecida a qualquer momento, assim como a queixa-crime.
- d) A denúncia é um documento formal, enquanto a queixa-crime pode ser feita de forma oral ou escrita.

Disciplina: Direito Ambiental

Professor: Me. Mário César M Miranda

Questão 20

Assinale a opção que apresenta o princípio do direito ambiental que orienta realizar análise prévia dos impactos a serem suportados pelo meio ambiente ao se implantar determinado empreendimento, de modo a garantir sua viabilidade econômico-financeira, sem causar danos ao meio ambiente.

- a) princípio do poluidor-pagador
- b) princípio da prevenção
- c) princípio da solidariedade intergeracional
- d) princípio da intervenção estatal no controle ambiental

Questão 21

A Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), para incentivar o produtor rural a investir em ações que ajudem a preservar a água, criou o Programa Produtor de Água. O programa estimula os produtores a investir no cuidado do trato com as águas, recebendo apoio técnico e financeiro para implementação de práticas conservacionistas e concretiza diretamente os seguintes princípios de direito ambiental:

- a) Princípios do Poluidor-Pagador e da Vedação do Retrocesso.
- b) Princípios do Usuário-Pagador e da Informação.
- c) Princípios do Protetor-Recebedor e da Prevenção.
- d) Princípios da Vedação do Retrocesso e da Responsabilidade Comum, Porém Diferenciada.

Questão 22

Sobre a aplicação da responsabilização civil por dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que

- a) o ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria da responsabilidade civil objetiva de risco integral na reparação de danos ambientais.
- b) em razão da amplitude da responsabilidade civil para a reparação de danos ambientais, não é necessário demonstrar nexo de causalidade entre a conduta do agente e a configuração do dano.
- c) a recomposição do dano civil ambiental possui natureza de sanção e impede a aplicação de infrações penais e administrativas pelo mesmo ato, em razão do princípio da vedação da dupla incriminação.
- d) aplica-se à reparação civil de danos ambientais o princípio da insignificância, se o infrator ambiental não possuir outra condenação pelo mesmo ato infracional.

Questão 23

Acerca da concepção constitucional sobre o meio ambiente, bem como da competência legislativa em matéria ambiental e dos princípios informadores do Direito Ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 adotou a concepção ecocêntrica ou biocêntrica sobre o meio ambiente, na medida em que estabeleceu o meio ambiente como um bem coletivo e essencial que deve ser preservado como garantia de sobrevivência e bem-estar do homem.

- b) O princípio da prevenção orienta o desenvolvimento e a aplicação de políticas públicas no sentido de evitar a ocorrência de dano grave e irreversível quando ainda ausente certeza científica do nexo causal entre determinada conduta e seus efeitos, sendo, pois, uma garantia contra riscos em potencial.
- c) O princípio do poluidor-pagador enuncia que o poluidor deve suportar as despesas de prevenção e reparação dos danos ambientais, o que significa que o poluidor deve arcar com os custos necessários à diminuição, eliminação ou neutralização do dano ambiental e deve, também, reparar a coletividade por eventuais danos ambientais causados pela atividade que desenvolve.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza e defesa do solo e dos recursos naturais e compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição.

Disciplina: Economia Política
Professor: Me. Mário César M Miranda

Questão 24

Assinale apenas a resposta CORRETA.

No mundo feudal, qual era o objetivo das trocas comerciais?

- a) Circulação do excedente produtivo dos feudos.
- b) Acúmulo de riquezas pessoais, por meio de bons negócios.
- c) Socialização em feiras.
- d) Estrita sobrevivência, já que não gerava ascensão social a ninguém.

Questão 25

A contribuição de Karl Marx para a economia é significativa. Marx analisou regimes alternativos ao capitalismo (socialismo e comunismo), analisou as instabilidades no capitalismo (crises), os processos de produção, circulação e acumulação do capital. Das alternativas abaixo, qual delas corresponde à análise marxista? Assinale apenas a resposta CORRETA.

- a) A economia tem diversos estágios da produção, sendo que, nos estágios iniciais, são produzidos insumos e bens de capital e, no estágio final da produção, os bens finais que satisfazem as preferências individuais de consumidores são produzidos.
- b) Os preços e os salários são rígidos no curto prazo e, por isso, pode haver equilíbrio com desemprego involuntário no curto prazo, sendo possível recorrer às políticas fiscais e monetárias ativas para chegar à estabilização.
- c) A análise econômica recaiu sobre o conflito de classes existentes no capitalismo, questões materiais (riqueza e pobreza), administração dos recursos produtivos, relações de produção e relações internas na sociedade capitalista.
- d) A economia funciona de maneira mais eficiente quando a intervenção do governo é mínima; estava preocupada com a proteção da propriedade privada, promoção do livre comércio e os gastos limitados do governo.

O sucesso não cai do céu. Ele exige muita
luta, esforço, estudo e força de vontade.